

A “crise” do jornalismo: o que ela afirma e o que ela esquece



Bruno Souza Leal

*Doutor e Pesquisador permanente do PPGCOM/UFMG
e coordenador do Núcleo de Estudos Tramas
Comunicacionais: Narrativa e Experiência
E-mail: brunosleal@gmail.com*

Phellipy Jácome

*Doutorando da Pós-graduação em Comunicação
e Sociabilidade Contemporânea da UFMG
E-mail: phellipy@ufmg.br*

Nuno Manna

*Doutorando da Pós-graduação em
Comunicação da UFMG
Mestre e bacharel em Comunicação Social
E-mail: nunomanna@gmail.com*

Resumo: Nos últimos anos, vêm se intensificando diagnósticos que denunciam uma crise do jornalismo, tanto como modelo de negócio quanto como ator na constituição do espaço público nas sociedades democráticas. Entretanto, tais diagnósticos parecem negligenciar que a crença em um “paradigma tradicional do jornalismo” – e de sua crise – é profundamente carente de historicidade. Neste artigo, tecemos uma reflexão sobre a construção da crença neste suposto paradigma para perguntar-nos se a tão afirmada crise seria mesmo do jornalismo ou se corresponderia, na verdade, aos modos de compreendê-lo.

Palavras-chave: Jornalismo, crise, modernidade, história.

La “crisis” del periodismo: lo que dice y lo que se olvida

Resumen: En los últimos años, se han intensificado los diagnósticos que denuncian una crisis del periodismo, tanto como modelo de negocios como actor en la constitución del espacio público en las sociedades democráticas. Sin embargo, dichos diagnósticos parecen no tener en cuenta que la creencia en un “paradigma tradicional del periodismo” – y de su crisis – carece de historicidad. En este artículo, proponemos una reflexión acerca de la construcción de este supuesto paradigma para indagar si la “crisis” sería propia del periodismo o si correspondería, en realidad, a los modos de entenderlo.

Palabras clave: Periodismo, crisis, modernidad, historia.

The “crisis” of journalism: what she says and what she forgets

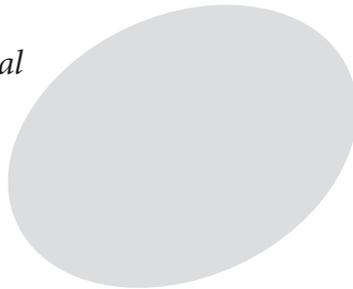
Abstract: In the last years, there has been an increasing of diagnoses denouncing a crisis of journalism, as both business model and actor in the constitution of the public space in the democratic societies. However, such diagnoses seem to neglect that the belief in a “traditional paradigm of journalism” – and in its crisis – lacks deeply of historicity. In this paper, we develop a reflection on the construction of that supposed paradigm to enquire if that “crisis” is really of journalism itself or, actually, of the ways of comprehending it.

Keywords: Journalism, crisis, modernity, history.

Já há algum tempo, diferentes pesquisadores têm apontado e refletido sobre uma crise do jornalismo ocidental (Almiron, 2010; Fuller, 2010; Schlesinger, 2006; Starr, 2012; Young, 2012; entre outros), cujos sinais envolvem alterações em diversos âmbitos, tais como no seu modelo de negócio, na queda de tiragem dos jornais impressos e mesmo de popularidade dos telejornais, na crescente “tabloidização” da imprensa, e na

mudança nos valores consagrados que regulam a prática profissional (Meyer, 2007; Zelizer, 2009 e 2008; Sant’anna, 2008; Anderson, Bell; Shirky, 2012). Nesse cenário claro de transformações pelas quais passa o jornalismo, até mesmo relações vitais, como aquelas que envolvem o mercado e o capital (e que permitiriam, ao menos idealmente, a possibilidade de uma “imprensa livre”) e com o desenvolvimento e manutenção do espaço público, são alvo de revisões. Essa “crise”, assim, ora é recebida sob olhares positivos,

Segundo Dahlgren (2009), a crise pela qual o jornalismo estaria atravessando se liga a uma série de circunstâncias socioculturais contemporâneas



como parte das transformações históricas que envolvem qualquer fenômeno cultural e com poder de renovação do jornalismo, ora tem como resposta manifestações de preocupação e de apelo à importância de certas características fundamentais do fenômeno jornalístico.

Um dos efeitos desse debate em torno das transformações do jornalismo e seus desdobramentos e impactos é a emergência de duas perspectivas aparentemente antagônicas, mas que não raro são encontradas juntas, uma vez que não se deixam reduzir a percepções dicotomicamente divididas entre aquelas “favoráveis” ou “desfavoráveis”. Nesse sentido, um artigo de Michael Schudson, publicado em 2008, é exemplar. Nele o autor, por um lado, combate o “subdesenvolvimento” das pesquisas históricas sobre o jornalismo, deixando claro seu descontentamento – e sua reivindicação – com o que entende ser um descaso dos “departamentos de história”. A importância

da pesquisa histórica sobre o jornalismo é calçada no entendimento de que o “[j]ornalismo não é algo que flutua platonicamente sobre o mundo e que cada país copia, moldando-o conforme sua gramática nacional” (2008, p. 188. Tradução nossa).

Assim, a diversidade de formas, processos, qualidades e relações que fazem do jornalismo um fenômeno histórico-social seria pouco conhecida, o que constitui uma perda importantíssima não só para sua apreensão como para a reflexão sobre as distintas realidades em que se insere e atua. Por outro lado, é o mesmo Schudson que afirma que “[o] que importa, sobretudo a respeito do jornalismo é sua relação com a democracia... É o papel do jornalismo em tornar o autogoverno democrático possível – ou no fracasso de preencher seu potencial de tornar o autogoverno democrático possível” (2008, p. 182. Tradução nossa).

Dessa forma, pode-se perceber que o reconhecimento da importância da multiplicidade de relações que envolvem o jornalismo é acompanhado por uma visada que o fixa em um papel fundamental. O jornalismo é visto, então, como uma “instituição” social cuja função mais importante, aquela que justificaria sua existência, é de natureza política, vinculada à democracia e à vida pública. Outras formas e processos jornalísticos, como aqueles ligados ao “drama humano” ou ao mercado econômico-financeiro, são submetidos, desse modo, a uma hierarquia que tende colocá-los em segundo plano, como decorrências ou criações derivadas e secundárias. Identificando, nesse sentido, uma aparente contradição entre a demanda pela pesquisa histórica sobre o jornalismo, que levaria à identificação e à problematização de suas diversas e discordantes manifestações (nas especificidades das relações histórico-sociais que o conformam) e a definição de uma função política fundamental que, mais que “flutuar”, atravessaria realidades e tempos, numa visada que poderia ser definida como “essencialista” e a-histórica ou, ao menos, claramente etnocêntrica.

Ademais, diante desse cenário, é importante lembrar que no final do século XX, pensadores como Lyotard (1998), Bauman (1998), entre outros, apontaram para uma crise mais profunda que aquelas diplomáticas, econômicas e sociais que assolaram os países ocidentais ao longo da modernidade. Isso porque ela dizia respeito à própria base do pensamento ocidental, seus valores e formas de compreensão do mundo e da trajetória humana. Tratava-se da *crise* das grandes narrativas (Lyotard, 1988), ou seja, das formas de conhecimento fundamentais na constituição do saber moderno. Essa “crise” tornava evidente a frustração em relação ao projeto de modernidade, a partir da desestabilizadora percepção de que as “promessas” do discurso moderno não se cumpriram historicamente. Mais do que revelar problemas circunstanciais, o que a chamada “crítica pós-moderna” e os debates que ela acentua e até hoje provoca é a necessidade de fazer emergir as questões históricas implicadas nas instituições e práticas da modernidade.

O chamado à história, assim, menos que apontar para um vazio ou um desconhecimento acerca de acontecimentos, atores e processos, tem como fundamento o reconhecimento da historicidade das próprias formas de saber que constituíram a modernidade. Em outras palavras, a pesquisa sobre outros acontecimentos históricos e a reinterpretação daqueles já conhecidos visa não apenas produzir novos entendimentos sobre eles, mas também revisar os modos como eles foram e são sabidos. Nesse sentido, a reflexão acerca da “crise” do jornalismo não se descola da discussão acerca da crise da modernidade. Afinal, o jornalismo se tornou nos últimos séculos uma das expressões que mais fortemente manifesta os valores modernos, e que, por meio deles, tão diretamente participa na maneira como as pessoas lidam diariamente com a compreensão da realidade.

Assim, este artigo tem por objetivo refletir sobre a tensão entre a reivindicação de uma maior intensidade e proficuidade

das pesquisas históricas sobre o jornalismo e um apego a valores ou papéis “fundamentais”, que também devem ser encarados como historicizáveis. Não se trata, claro, de desconhecer ou desprezar a importância do jornalismo na conformação da vida política e para a democracia, mas de reconhecer que, ao fim e ao cabo, uma definição apriorística acerca do que ele é pode levar exatamente ao apagamento de sua importância e de sua diversidade. Em outras palavras, observa-se que essa tensão se dá, então, por um discurso moderno de autolegitimação do jornalismo que deixa em segundo plano seus outros modos de ser historicamente constituídos. Na observação dessa tensão, busca-se caracterizar primeiro alguns contornos desse discurso para, depois, contrapô-los com outras visões já presentes em estudos que circulam entre aqueles que dedicam sua atenção ao fenômeno jornalístico.

Os contornos da “crise”

Segundo Dahlgren (2009), a crise pela qual o jornalismo estaria atravessando se liga a uma série de circunstâncias socioculturais contemporâneas. O autor mostra como, cada vez menos, o que as pessoas sabem sobre o mundo é resultado do jornalismo tradicional, e que seu próprio papel na democracia vem se alterando, ou mesmo se reduzindo. Diante de novas formas de produção e circulação de saber, segundo ele, o jornalismo vem enfraquecendo-se e desmoralizando-se:

[...] a própria definição do que deve ser considerado jornalismo (assim como quem é ou não jornalista) torna-se turva, tendo em vista que os limites do jornalismo têm sido desafiados em várias frentes por outros tipos de relações públicas, pela cultura popular, pela comunicação política de defesa, pela informação não noticiosa, *ad hoc* ou pelo jornalismo cidadão, conteúdo gerado pelo próprio usuário, além de outros fenômenos (Dahlgren, 2009, p. 147. Tradução nossa).

Dahlgren mostra que tal crise do jornalismo tradicional vem sendo tema de discussão entre muitos jornalistas e editores. Ele cita o exemplo da criação de um *Committee of Concerned Journalists*, formado em 1997 nos EUA e que existiu até 2011. Tal comitê foi responsável por um importante estudo que visou diagnosticar dilemas enfrentados pelo jornalismo e apontar para a importância da reafirmação de quadros profissionais normativos. Outra resposta mencionada pelo autor a tal “crise do jornalismo” são os relatórios anuais intitulados *The State of the News Media*, realizado pela organização *Project of Excellence in Journalism*. Em seu relatório de 2008, como recupera Dahlgren, afirma-se que o jornalismo encontra-se no meio de uma transformação tão fundamental quanto no momento da invenção do telégrafo ou da televisão. Tais relatórios oferecem análises e dados extensivos que identificam tendências de curto e longo prazo, e buscam guiar a transição da instituição jornalística da melhor maneira possível em meio à “crise”.

Dahlgren (2009) analisa também como estudiosos vêm tratando os aspectos tecnológicos, culturais, econômicos e políticos da “crise” desde o início dos anos de 1990 – ele menciona, por exemplo, estudos de autores como David Altheide & Robert Snow (1991) e Daniel Hallin (1992) –, e mostra como o diagnóstico da crise não se refere exatamente ao jornalismo de uma maneira geral, mas ao que se pode chamar de seu “paradigma clássico”. Esse modo de ser do jornalismo em questão, como formula Dahlgren, tem como base os ideais liberais tradicionais de democracia, que começaram a se desenhar nos últimos séculos. Faziam-se presentes de maneira marcante alguns dos principais valores do saber moderno:

[a]través de suas narrativas, o jornalismo clássico clama por uma apresentação precisa e imparcial da realidade que existe independentemente de sua história e que é externa às instituições do jornalismo. Ele visa uma cidadania heterogênea que basicamente compartilha a mesma cultura

pública, cujos cidadãos têm o jornalismo como recurso para participação na política e na cultura da sociedade. O jornalismo, nesse modo, serve como uma força integrativa e como um fórum comum para o debate (Dahlgren, 2009, p. 147. Tradução nossa).

No Brasil, circunstâncias históricas recentes particularizam a percepção de uma crise jornalística. De maneira muito contundente, uma série de revisões sobre o papel do jornalista na sociedade se deu quando, em 2009, o Supremo Tribunal Federal findou com a obrigatoriedade do diploma em jornalismo para sua prática. Além disso, a perda de consumidores (leitores, ouvintes, telespectadores), especialmente os mais jovens, por parte das mídias informativas “de referência”, acentua o impacto de outras formas de acesso à informação, geralmente online, que não aquelas facilmente reconhecíveis como jornalísticas. Esse cenário é acompanhado ainda, para citar mais dois exemplos, pela exaustão do modelo produtivo estabelecido nos anos 70, que, centralizado em duas cidades do país, tem dificuldades de se articular com as realidades locais e microrregionais, algo que vem sendo cumprindo por uma diversidade de produtos, ferramentas, páginas e redes viabilizadas pela internet que, por sua vez, desenvolvem modos peculiares de apreender e narrar essas realidades; e pela crescente força dos chamados “jornais populares”, capazes de articularem informação, serviço e entretenimento de modo peculiar e de se comunicarem de maneira mais eficaz com públicos tradicionalmente desconsiderados (as chamadas hoje classes C e D) pelos “jornalões”. Tais transformações impactam fortemente em diferentes dimensões da “instituição jornalística”, alcançando seus processos de produção, seus modelos de negócio, seus valores reguladores e seus modos de conceber o que é informação e de narrá-la (como apontam, entre outros, alguns dos artigos reunidos por Silva, Kunsch, Berger e Albuquerque, 2011).

Não diretamente ligada a isso, mas certamente correlacionada, foi a iniciativa das organizações *Globo*, em meados de 2011, de publicar uma carta aberta na qual expunham seus princípios editoriais.¹ Na carta, afirma-se que tais princípios “[...] foram praticados por gerações e gerações de maneira intuitiva, sem que estivessem formalizados ordenadamente num código.” (Princípios, s/p) Logo em seguida, comentam: “Por que, então, formalizá-los neste documento?” (Princípios, s/p). A justificativa é a seguinte:

Com a consolidação da Era Digital, em que o indivíduo isolado tem facilmente acesso a uma audiência potencialmente ampla para divulgar o que quer que seja, nota-se certa confusão entre o que é ou não jornalismo, que é ou não jornalista, como se deve ou não proceder quando se tem em mente produzir informação de qualidade (Princípios, s/p).

O documento, em seguida, propõe uma interessante formulação que define como o jornalismo deve ser entendido:

O jornalismo é aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos, os complexos e os simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de *apreensão da realidade* (Princípios, s/p).

Em seguida, esse documento indica como o jornalismo deveria agir. Ressalta-se que, ainda que se reconheça a relatividade de noções totais como verdade e objetividade, os “Princípios...” afirmam que devem existir técnicas que permitem ao ser humano, na busca pelo conhecimento, minimizar a graus aceitáveis o subjetivismo. A isenção é, então, destacada como algo a ser sempre buscado. Interessante perceber como a carta se justifica por uma circunstância histórica, envolvendo questões tecnológicas e éticas, ainda

que o que esteja em jogo, claramente, seja uma busca pela permanência da legitimidade de uma forma de conhecimento. Todos os movimentos de relativização e renovação de um paradigma moderno de jornalismo parecem estratégias retóricas que reconduzem à afirmação do saber jornalístico tradicional.

Essa concepção sobre o jornalismo é frequentemente encontrado em manuais de redação jornalística (Travancas, 1992; Barbero; Lima, 2003; Paternostro, 1987; Cardet



Conceber a existência de uma realidade externa e fixa é equivalente a congelar as disputas de sentidos em nossa sociedade

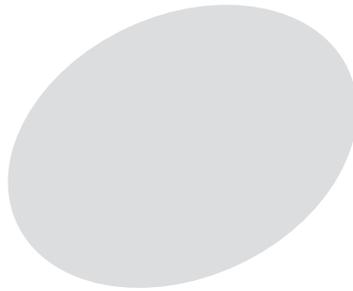
e Silva, 1984; entre outros), em princípios editoriais (*Clarín*, 1997; *Organizações Globo*, 2011; *Folha de S.Paulo*, 2010; *La Voz del Interior*, 1990, 2006; entre outros) e mesmo em estudos teóricos que apregoam a necessidade de criação de uma deontologia jornalística e/ou a existência de critérios fixos e pertinentes para a apreensão da realidade e sua apresentação sob forma de relato (Beltrão, 1969; Melo, 2006, 1994; Erbolato, 1988; Lage, 1985, 1986; entre outros). Não raramente, textos tão diferentes como esses abordam o jornalismo através do prisma profissional, interessados em promover o jornalista como ator privilegiado (se não o único) no processo de “transposição” da realidade operada por sua prática. Isso porque, para se oferecer a notícia como um produto verdadeiro, assume-se o compromisso do profissional em obter a informação por meio de procedimentos e métodos seguros. Não por acaso, esse tipo de concepção tende a considerar a narrativa como um mero instrumento através do qual

¹ Princípios editoriais das organizações globo. Rio de Janeiro, G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.html>>. Acesso em: 10/12/2012.

o jornalista seria capaz de duplicar o real, processando-o e relatando-o objetivamente ao público, além de desconsiderar ou idealizar outros agentes jornalísticos como as mídias informativas e as fontes.

Sejam eles manuais de redação, estudos empíricos e/ou teóricos ou manifestos editoriais, esses distintos textos materializam um discurso que sugere que o jornalismo é uma instituição consolidada, fundada por um conjunto estabilizado de métodos e de expressões que ultrapassam crenças e con-

Acabou-se negligenciando, durante muito tempo, que o saber jornalístico, em sua base, nunca foi livre das próprias tensões que instaurava



dições históricas. No mínimo, cada manual ou livro introdutório, por exemplo, ignora sempre as contingências das próprias crenças e condições históricas que estão na base do discurso que performa. Afirma-se, assim, a visão de algo monumental, acima das pessoas e das práticas individuais do jornalismo, do que aquilo que se supõe ser um compartilhado e já legitimado paradigma jornalístico.

Pode-se perceber ainda que há uma manutenção desse tipo de perspectiva em obras temporalmente distantes, o que sugere certo congelamento histórico dos modos de compreensão do jornalismo. A base especular que sustenta tal argumento postula que a notícia funciona como uma espécie de duplicação de fragmentos de um real pré-existente. Algo acontece no mundo, e o profissional da informação está lá para ir e colher a realidade objetivamente, apropriando-se de instrumentos que lhe garantiriam pluralidade e independência (como o recurso de ceder a palavra aos

vários lados de uma querela, o uso de dados científicos, a utilização de fontes confiáveis etc). O texto jornalístico seria, portanto, caracterizado por uma denotação transparente, e seu sentido, totalizável e imanente.

Entretanto, aceitar a realidade como um monólito estável significa tentar estabilizá-la num único momento da história, como se aquele acontecimento, daquela maneira específica, só pudesse ter existido no mundo do modo como está exposto naquele relato. Ademais, minimiza-se a possibilidade refigurativa do leitor, uma vez que o texto, encarado como o real, seria por si só, acabado e pleno de sentido. Desse modo, a crença num real exterior e estável gera valores que fundam um modo de concepção do jornalismo que, encarnado em procedimentos textuais, abrem espaço para contradição entre a idealização de um único modo de ser e a concretude dos diferentes modos como o jornalismo é feito, em seus procedimentos, processos de produção, circulação e recepção, modos de narrar etc. Temos aí a condição da criação daquela que talvez seja a maior das contradições do discurso jornalístico acerca de si: a tentativa de tornar seu discurso atemporal, tendo em vista que uma realidade tão estável a ponto de deixar-se capturar plenamente só pode ser mesmo tão fantasiosa quanto a-histórica.

Conceber a existência de uma realidade externa e fixa é equivalente a congelar as disputas de sentidos em nossa sociedade. Nos manuais de jornalismo, princípios editoriais e em algumas perspectivas teóricas, a elipse dos processos históricos e sociodiscursivos que permitiram a ascensão do jornalismo como um dos regimes de verdade na sociedade moderna é estratégia fundamental para fazer crer na possibilidade da objetividade e na existência de *fatos*. Menos, portanto, que registros de modos de proceder, de princípios para a ação jornalística aberta à diversidade cultural ou reflexões sobre a complexidade do fenômeno jornalístico, textos como esses se articulam a um discurso regulador, no qual a compreensão das incoerências, os

paradoxos e da multiplicidade das expressões jornalísticas, e das implicações que esses aspectos envolvem, parecem ter sido ofuscadas por uma constante busca de um *ethos* padrão (Leal, 2012). Acabou-se negligenciando, durante muito tempo, que o saber jornalístico em sua base nunca foi livre das próprias tensões que instaurava.

Esse modelo de “como o jornalismo deveria ser” certamente vem guiando o entendimento e as expectativas sobre ele nos últimos séculos. No entanto, de maneira mais contundente, é importante observar que, ainda que essa regulação e essa expectativa tenha sempre existido, é importante observar que, historicamente, o jornalismo, mesmo aquele encarnado nos veículos de referência, emblemas da seriedade e profissionalismo, *nunca conseguiu operar plenamente dessa maneira*. Assim, esse modelo, esse entendimento acerca do jornalismo de notícias, que parece se aprofundar em uma crise recente, se constituiu historicamente dentro de um paradoxo que envolve uma normatividade sobre a maneira de compreender a si mesmo e suas relações com a realidade e a vida social – o que implica necessariamente uma normatização sobre os formatos jornalísticos – e a maneira sempre incompleta, incoerente ou insuficiente de se alcançar tais ambições.

● A historicidade não regulada

O investimento num percurso histórico das narrativas jornalísticas contemporâneas faz perceber que uma mesma matriz, até certo ponto indiferenciada, um dia uniu o que hoje se apresenta separadamente como discursos ficcional, histórico e jornalístico. Em sua visão foucaultiana, ao analisar o aparecimento do romance inglês, Lennard Davis (1983) convoca a refletir sobre essa mesma base responsável por almagamar, no século XVI, diferentes modalidades narrativas. Para o autor, menos que uma série de gêneros deslocados uns dos outros, deve-se atentar para um discurso que foi forçado a subdividir-se por uma

série de mudanças sociais e exigências históricas. Tal discurso poderia ser parcialmente nomeado como “prosa narrativa impressa” (*prose narrative in print*) (Davis, 1983, p. 45).

É nesse sentido que, como sugere Davis (1983, p. 45), se se segue um contínuo que vai desde a narrativa greco-romana até a idade média, ou se se retrocede no tempo a partir das narrativas dos séculos XVIII e XIX, pode-se chegar a um ponto comum, por volta do século XVI, que remete a um tipo de publicação chamada *novels*, que unia *news ballads* (tida como um dos principais antecedentes do jornalismo) e contos. Segundo Davis (1983), a *novel* foi a primeira publicação genuinamente oriunda da interseção entre a impressão – permitida pelos tipos móveis – e a narrativa. Não deixa de ser curioso notar que o que depois seria separado por inúmeros gêneros (*news ballad*, os contos de crimes, *news-book*, contos, histórias curtas e *jests*), nesse momento era nomeado sob um só signo: “*novel*” (Davis, 1983, p. 46). E mais atenção é convocada ao se perceber que, nesse momento histórico, a objetividade ou a separação entre discurso ficcional e não ficcional não existia como algo relevante ou problemático para essa matriz.

Para Davis (1983), a principal forma de jornalismo no século XVI teria sido a cantiga impressa (*printed ballad*). O autor destaca que o aparecimento da imprensa representou a introdução de uma tecnologia que permitia a rápida publicação de matérias de interesse público. A possibilidade de “noticiar” eventos próximos da realidade local fez com que as cantigas de “cunho jornalístico”, que tratavam de guerras, assassinatos, eventos naturais e sobrenaturais superassem consideravelmente as de outros tipos, como as que tratavam de amor. A análise das cantigas implementada por Davis (1983) faz perceber que, ainda que fosse cada vez mais crescente um apelo à factualidade, nesse ponto da história parecia importar pouco a “veracidade” (no sentido estreito) do “fato” em questão. Como destaca o autor:

[a] verdade não necessariamente caminha ao lado do fato no século XVI. Michel Foucault destaca que durante este período, a operação primária do intelecto era a de buscar os sinais trazidos pelo evento, ou seja, o nascimento de uma criança monstruosa não era uma ocorrência importante para o evento em si, mas sim um sinal da intenção de Deus: “A função adequada para o conhecimento não está em ver ou demonstrar, mas em interpretar”. Esta atitude para com a realidade diminui o peso literal dos acontecimentos, e os requer apenas a fim de sondar suas profundezas e de buscar o estrato genuíno da verdade moral através da interpretação (Davis, 1983, p. 69. Tradução nossa).

O rompimento com uma visão homogeneizante do jornalismo deve também passar por uma perspectiva que encontra na diversidade de expressões jornalísticas uma de suas chaves importantes. Como aponta Barbie Zelizer (2009), a multiplicidade sempre fez parte da paisagem jornalística desde o surgimento das notícias:

Das formas iniciais de informação oral às trocas de informação online mais recentes, o jornalismo tem sempre sido múltiplo, multidimensional, multidirecional e multifacetado, e sua multiplicidade se tornou mais pronunciada quando o jornalismo recebeu mudanças necessárias conforme regiões e locais. Apesar da variedade do jornalismo, porém, a investigação acadêmica sobre a notícia vem procedendo na maior parte das vezes sem esse reconhecimento. Por razões diversas, associadas à própria forma da pesquisa, acadêmicos foram tentados a favor de noções uniformes, unidimensionais e unidirecionais de como o jornalismo trabalha, as quais, com o tempo, se moveram para fora do contato com as formas com que as notícias se difundiram (Zelizer, 2009, p. 1. Tradução nossa).

Ao acentuarmos toda a multiplicidade que habita dentro da própria fundação de um modo tradicional de conceber o jornalismo, percebe-se que todo o seu conjunto de valores é baseado em *crenças* (e não em “fatos”, como as pesquisas criticadas por Zelizer sugerem). E se imprimirmos historicidade a essa concep-

ção, descobriremos que a crise diagnosticada ou antecipada é sintoma de outra, que sempre existiu à sombra de compreensões de cunho ordenador e homogeneizante, sejam elas de teorias ou do próprio discurso jornalístico. Diante de um movimento constantemente errante e heterogêneo, a própria noção fundacional e estável do jornalismo deve ser problematizada. Ou seja, a tão alardeada “crise do jornalismo” caracterizada por trabalhos acadêmicos, intimamente ligados àquela “crise” tão exaustivamente decupada em diagnósticos e fatalmente sentida na economia do setor midiático, está menos relacionada com o jornalismo enquanto conjunto complexo de fenômenos do que com um modo de compreendê-lo e fixá-lo.

Como aponta Carvalho (2012) ao tratar de uma crise epistemológica nos estudos em jornalismo, deve-se nos perguntar “em que medida as teorias que buscam compreender o jornalismo estariam operando conceitualmente a partir das próprias dicotomias e simplificações típicas dos processos de produção das notícias?” (Carvalho, 2012, p. 18). Isso porque menos do que um único modo de ser, os fenômenos jornalístico parecem envolver distintas, variadas e, até mesmo, contraditórias formas, processos e condições de existência, que, por sua vez, necessitam de modos próprios de compreensão.

Como aponta Leal (2013), é importante perceber que, sendo um fenômeno cultural, as regras e procedimentos do jornalismo são sempre marcados por valores, características e percepções que o vinculam a tempos e espaços particulares. Nesse sentido, por mais que o discurso sobre o jornalismo tente conferir lisura e isenção a seu saber, ele nunca está livre nem dos dilemas epistemológicos das sociedades que o fundam, nem da irregularidade do percurso histórico: “Isto é dizer, então, que tais procedimentos de escrita, antes de serem permanentes, neutros e a-históricos, estão articulados às tensões que regulam e perpassam o fazer jornalístico e que o inserem no tempo e na cultura.” (Leal, 2013, p. 26). Nesse sentido,

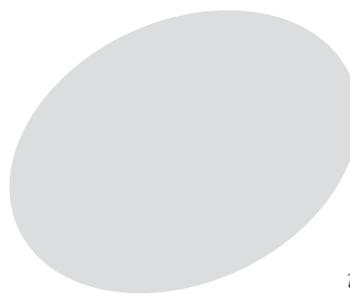
fica evidente a importância de se pensar afirmação de um modo de ser único, fundamental, de uma espécie de “paradigma tradicional do jornalismo”, como um gesto ideológico em constante reafirmação. A cada gesto, está implicado não somente uma pretensa perpetuação do lugar do jornalismo como instituição social legítima, mas também o saber que ele constitui sobre o mundo.

É interessante notar também que as tentativas de manutenção dos valores fundamentais que constituiriam um “paradigma” não supõem sua estabilidade – podem indicar, inclusive, justamente o contrário. Michel Schudson (2010) mostra, por exemplo, como o conceito de objetividade jornalística modificou-se ao longo da história do jornalismo nos EUA, variando de acordo com as circunstâncias culturais e políticas com as quais se relacionava. Tais apontamentos são indícios da constituição mais heterogênea e dinâmica de um modo de ser que se revela muito mais múltiplo e incoerente do que afirmam alguns jornalistas ou mesmo muitos estudiosos do jornalismo.

Nesse sentido, a partir do que observa Barbie Zelizer (2009), ao contrário do que parecem sugerir os alarmistas da crise e sua crença em um modelo “monolítico”, o jornalismo nunca esteve livre de fissuras e de contraexemplos. Como mostra a autora, mesmo nas mais tradicionais expressões jornalísticas, o que o jornalismo é de fato pode ser muito menos consensual do que os estudiosos gostariam, precisariam ou supusessem. Segundo Zelizer, o fenômeno jornalístico é muitas vezes apaziguado em sua complexidade, e se busca em expressões múltiplas simplesmente a confirmação de uma mesmidade:

De um modo típico, comum no compartilhamento de conhecimento, pesquisadores acadêmicos tenderam a privilegiar uma configuração intelectual para a compreensão da notícia que favorece ordem sobre confusão, coerência sobre contradição, estabilidade sobre fluxo, fluidez sobre desigualdade e previsibilidade sobre contingência (Zelizer, 2009, p. 3. Tradução nossa).

Zelizer traz ainda uma contribuição de fundamental importância ao afirmar que “quando nos movemos para frente no tempo e no espaço, ele [o jornalismo] faz ver rugas e marcas que deveriam nos levar a questionar as formas originais que pensamos que ele envolveria” (2009, p. 3). O reconhecimento da historicidade do jornalismo e a pesquisa histórica que leva isso em conta, portanto, devem atentar-se continuamente a uma dimensão reflexiva, decisiva para escapar de modelos e padrões pré-estabelecidos, para



Desconfiar dos parâmetros da crise nas últimas décadas não significa negligenciar as transformações pelas quais a imprensa vem passando

observar a diversidade e multiplicidade de formas, valores, processos e qualidades que fazem do jornalismo algo tão complexo. Em outras palavras, “o que é jornalismo?” deve ser sempre uma pergunta norteadora, parcialmente resolvida através de suas potenciais, circunscritas e históricas respostas.

Se esse não é um momento inédito de transformações intensas no jornalismo ocidental, tampouco é inédita a recorrência ao discurso da crise. E nas mais diversas circunstâncias históricas, culturais e econômicas, a discussão em torno da crise esteve sempre ligada à legitimação de um modelo e de um saber em detrimento de uma alteridade pulsante. Desconfiar dos parâmetros da crise tal qual como ela vem sendo desenhada nas últimas décadas não significa, portanto, negligenciar as profundas transformações pelas quais a imprensa vem passando, mas perceber como esses parâmetros estão fundados por um paradigma compartilhado entre

muitos jornalistas e acadêmicos; e perceber ainda que esse paradigma é ele próprio, ingênuo e negligente em relação à complexidade do jornalismo e de seus múltiplos fenôme-

nos e possibilidades, ou mesmo em relação à complexidade da própria democracia da qual o jornalismo se coloca como bastião.

(artigo recebido abr.2014/aprovado ago.2014)

Referências

- ALMIRON, Núria. **Journalism in crisis: corporate media and financialization**. Cresskill: Hampton Press, 2010.
- Anderson, Bell; Shirky. **Post-Industrial Journalism: Adapting to the Present**. New York: Columbia Journalism School. Disponível em: <<http://towcenter.org/research/post-industrial-journalism/>>. Acesso em: 10/10/2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.
- BARBERO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de (2003). **Manual de radiojornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- _____. **Manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do Jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992.
- CARVALHO, Carlos Alberto de; BRUCK, Mozahir Salomão. **Jornalismo: cenários e encenações**. São Paulo: Intermeios, 2012.
- DAHLGREN, Peter. The troubling evolution of journalism. In: ZELIZER, Barbie (org.). **The changing faces of journalism: tabloidization, technology and truthiness**. New York: Routledge, 2009. p 146-160.
- DAVIS, Lennard J. **Factual Fictions: the Origins of the English Novel**. Nova York: Columbia University Press, 1983.
- ERBOLATO, Mário. **Técnicas de codificação em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- FULLER, Jack. **What is happening to news: the information explosion and the crisis in journalism**. Chicago: University of Chicago Press, 2010.
- GOULART, Ana Paula. Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50. Rio de Janeiro: **Compós**, 2002.
- JÁCOME, Phellipy; LEAL, Bruno; MANNA, Nuno. Jornalismo, realidades múltiplas e o insólito: um conto chinês e suas variações. In: HOFF, Tânia Márcia Cezar; dos SANTOS, Goimérico Felício. **Poéticas da mídia: midiatizações, discursividades, imagens**. Goiânia: Cegrafe, 2012. p. 139-150.
- LAGE, Nilson. **A estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1985.
- _____. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1986.
- LEAL, Bruno. O jornalismo à luz das narrativas: perspectivas e questões. LEAL, B; CARVALHO, C. (org.) **Narrativas e poéticas midiáticas**. São Paulo: Intermeios, 2013.
- LEAL, Bruno. Do texto ao discurso: as normas sem história dos manuais de telejornalismo. GOMES, Itania (org.). **Análise de telejornalismo: desafios teórico-metodológicos**. Salvador: EdUFBA, 2012, p.117-142.
- LEAL, Bruno. Estéticas do jornalismo em transformação: perspectivas para uma pesquisa em comunicação. SILVA, G et ali (org). **Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses, perspectivas**. Salvador: EdUFBA/Compós, 2011, p.103-118.
- LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: Olympio, 1988.
- LAGO, Cláudia; ROMANCINI, Richard. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.
- MARQUES DE MELO, José. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.
- MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer? Como salvar o jornalismo na era da informação**. São Paulo: Contexto, 2007.
- PARK, R. A notícia como forma de conhecimento. BERGER,C;MAROCCO, B. (org). **A era glacial do jornalismo**. Vol 2. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 51-70.
- PATERNOSTRO, Vera Lins. **O texto na TV**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SANT'ANNA, Lourival. **O destino do jornal: a Folha de S.Paulo, O Globo e O Estado de S.Paulo na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SCHLESINGER, Philip. Is there a crisis in British journalism? **Media Culture Society**. Março 2006, vol. 28 no. 2, p 299-307.
- SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- _____. Public spheres, imagined communities, and the underdeveloped historical understanding of journalism. In: ZELIZER, Barbie (org.). **Explorations in communication and history**. New York: Routledge, 2008. p 181-189.
- SILVA, Gislene; KUNSCH, Dimas; BERGER, Christa; ALBUQUERQUE, Afonso (org). **Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses, perspectivas**. Salvador: EdUFBA/Compós, 2011.
- STARR, Paul. An unexpected crisis: The News Media In Postindustrial Democracies”, **International Journal of Press/Politics**. Abril 2012. p 1-9.
- TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1992.
- YOUNG, Sally. The Journalism “crisis”: is Australia immune or just ahead of its time? **Journalism Studies**, Março, 2010. vol. 11, no. 4, p 610-624.
- ZELIZER, Barbie. (Org.). Why journalism’s changing faces matter. In: ZELIZER, Barbie (Org.). **The changing faces of journalism: tabloidization, technology and truthiness**. New York: Routledge, 2009. p 1-10.
- _____. (Org.). **Explorations in communication and history**. New York: Routledge, 2008.